

Aos 25 dias do mês de Junho de 2024, reuniram-se de maneira on-line, para a 2ª reunião extraordinária de 2024, os conselheiros: Adriano Martins Xavier, Ana Lucia Rodrigues, Angela Pereira Branco, Carmem Lúcia de O. Rocha, Carolline Pereira de Araujo Maia, Clicie Maria C. Negoseki, Daniela Medeiros de Oliveira, Delma Regiane Cordeiro Furman, Dhebora Cristina da Silva, Evelyn Caroline Betim Araújo, Juliana Canassa, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Helena Guedes Tetu, Maria Madalena de C. Hitner, Marilette Kuhnén, Marilza Aparecida P. Teixeira, Marinês Gabriela C. Jarek, Maristela do Rocio Dittert, Rodrigo Cristiano de Oliveira, Rosiani Silva Francheto, Stela Regina W. Wontroba, Valdeliria Cristina Afonso, tendo como pauta: 1- Abertura de Sessão Plenária; 1.1 - Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; 1.2 – Aprovação da ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2024; 2 – Educação em Tempo Integral (análise das denúncias).

A Presidente Ana Lucia inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes, e diz: “Estamos iniciando a segunda reunião extraordinária do ano, foi encaminhada a ata, não houve alterações, pedidos de alterações, então podemos aprovar a ata? Alguém contrário? Ninguém se manifestou. A Presidente Ana Lucia diz: “Temos faltas justificadas, A Carla está de atestado, então hoje a Delma responde pela titularidade, a Fátima, que ainda está de atestado, então a Dhébora responde pela titularidade, a Leila ainda não entrou, Estela, mas ela confirmou, então ela deve estar entrando, a Juliana ainda responde pela titularidade, a Evelyn ainda responde pela titularidade, o Fábio encerra agora no começo de julho, ele já retorna então após o recesso, a Bárbara está de atestado, mas não temos ainda a nomeação do suplente, a Fátima Batistão justificou sua ausência, mas a Izala não se manifestou e o Marcos também não se manifestou, que é da comissão, vamos ver, a Juliana está caindo, oi Juliana, deu certo? você tá caindo toda hora, eu acho que é tua internet, a nossa não é boa, mas não tá derrubando ninguém, por enquanto. Então, vamos lá, essa reunião nós marcamos como Educação em Tempo Integral, a Rosiani vai apresentar os dados, então, são sigilosos, a gente colocou uma reunião fechada, então, só os integrantes mesmo do Conselho, que estão participando, é importante o que nós conversarmos aqui, não que é totalmente secreto, porque isso depois nós temos a ata que vai ser publicada, né? Então, esperando aguardar a ata, então, para qualquer comentário, a gente sempre cuidar, assim, que às vezes um colega faz um comentário e tal, não pode sair fora, tá? Eu acho que tem que respeitar, nós temos uma apresentação, temos crianças que são filhos de colegas nossos, então a gente tem que respeitar isso também e a decisão do Conselho, já basta o que estão falando do conselho, temos bastante cuidado em relação ao que se fala, tanto aqui dentro, principalmente lá fora, ontem eu também recebi ainda o telefonema de um pai, ele é da Secretaria da Saúde, então cada vez que eu converso com alguém pai de alguma criança, é a mesma situação que ele coloca, que foi avisado que o conselho iria votar, ele queria saber o resultado do que o conselho votou, se o filho dele ia sair ou não, se iria ser retirado da escola ou e que o Conselho estava decidindo isso porque eram filhos de funcionários. Eu achei muito grave isso, e ele falou que foi dito pela Direção, por que só filhos de funcionários? Por que vocês estão fazendo isso com os filhos dos funcionários? Por que os funcionários estão sendo perseguidos? Veja, tem que ter um cuidado do que se fala porque em nenhum momento se falou isso, ao mesmo tempo, também cuidar porque o colega que vem aqui e fala, porque vocês

são conselheiros, se você sabe que algo está errado, vocês têm que vir trazer para o Conselho mesmo, então assim, o que que foi colocado lá? Ah, nós queremos saber, eles querem saber quem é a pessoa que fez a denúncia, porque eles estão sabendo que é um Conselheiro, eles querem o nome porque essa pessoa está se vingando, é assim que as coisas estão, gente, olha que coisa mais absurda em relação à pessoa, o Conselho, ele é um órgão fiscalizador, os conselheiros têm por obrigação trazer para o Conselho quando se vê que tem algo que está errado, esse é o papel do Conselheiro, e nós temos que fiscalizar, porque se a gente não fiscaliza, o Ministério Público vem em cima de nós, nós temos que responder porque a gente não teve nenhuma ação, agora, chegar a dizer coisas que nós não fizemos e nós não decidimos está errado, eu conversei já com o Secretário, já conversei com a Cristiane, Diretora-Geral, nossos encaminhamentos hoje, vai ser muito mais uma ação para conversar com a Direção, e a gente ter todo um cuidado em relação às crianças, porque eu falei já em outra reunião, não foi só na primeira que a gente citou isso, mas na segunda também, a gente não quer prejudicar nenhuma criança, elas não têm nada a ver com isso e elas são as que mais serão prejudicadas, se qualquer ação a gente fizer para tirar essas crianças, todo cuidado que a gente tem que ter enquanto Conselho, pensar aí, nós temos o envolvimento de crianças e de famílias, eu quero que a Rosiane coloque e depois dessas situações, tem algumas situações que chegaram aqui, eu vou perguntar isso para vocês, se nós vencermos a pauta, a gente não faz reunião semana que vem, a gente já vence hoje a reunião e a gente faz quando voltar no retorno do recesso, a reunião ordinária de julho, porque a gente sabe, já tem alguns pedidos aí, vai ter reunião na última semana, porque tá tanta coisa para gente fazer nas escolas, e a gente sabe, eu sou também, né? Então, a gente sabe lá o final, a organização, o pessoal se organiza, quer fazer festas, tem que fazer atendimento, tem entrega de parecer, tem os CMEIS, tem toda uma organização que a gente sabe, então, vamos ver, a Rosiane vai apresentar os dados, nós conversamos, e aí voltamos para a questão da pauta, certo? Então, vamos lá, Rosiani, a palavra é sua.” A Conselheira Rosiani diz: “Boa tarde, boa tarde a todos, conseguem me ouvir? Eu vou compartilhar a tela só um minutinho. Ok, pessoal, eu gostaria de iniciar, eu vou pedir sua licença para eu não deixar no modo apresentação porque senão eu não consigo ver as observações que eu coloquei aqui abaixo de cada slide, tá? Então, assim, são as 44 crianças dessa unidade, segundo a apuração que nós fizemos in loco, quais critérios que cada criança se encaixaria para serem inseridas na Educação em Tempo Integral.” A Conselheira Rosiani faz a apresentação de todas as 44 crianças matriculadas na Escola Pe. Pedro Fuss, na Educação Integral, do 1º ao 5º ano, colocando todos os critérios de cada uma delas. Após a apresentação da Conselheira Rosiani, a Presidente Ana Lucia agradece e diz: “A Leila colocou no chat, esse que estava na fila de espera, a mãe acionou o Conselho, você diz o Conselho Escolar, Leila?” A Conselheira Leila responde: “Oi Ana, sse é aquele aluno que eu disse que estava na fila de espera, que a irmãzinha é minha aluna aqui na escola, no infantil III, e ela foi no Conselho Tutelar, eu tinha entendido que ela tinha ido até o Conselho nosso, mas não, foi no tutelar, foi uma luta para ela conseguir, ela foi algumas vezes no Conselho.” A Presidente Ana Lucia diz: “Tá, obrigada Leila. Nisso então, Rosiani, foram constatadas as irregularidades de acordo com a denúncia, certo?” A Conselheira Rosiani responde: “Isso, além da estudante Heloísa, que veio na denúncia, encontramos mais três estudantes que a escola dizia ser vulnerabilidade, mas não

conseguiram fundamentar essa vulnerabilidade para gente, por isso que eu deixei destacadinho nas cores, na cor azul, para diferenciar esses quatro casos.” A Presidente Ana Lucia coloca: “Isso, de acordo com o que a gente conversou naquela primeira reunião, quando fizemos o relato, e aí até se conversou o que vai fazer, porque tira as crianças, não tira as crianças, espera até metade do ano, né, foi levantada algumas, foi feitas algumas colocações, inclusive, depois, na segunda reunião, foi colocado que a Presidente tinha dito que era para tirar todas sendo que eu coloquei a minha preocupação com as crianças, elas não poderiam ser prejudicadas, e eu continuo tendo a mesma opinião, eu não mudo, eu me preocupo com as crianças ainda, porque é um erro que é da direção, é da direção esse erro, não é dentro das famílias, por mais que estejam famílias, quatro famílias fora dos critérios, o erro é da Direção, porque foi ela que aceitou, ela, como foi colocado pela nossa conselheira na reunião passada, foi como se estivesse em feira, dizendo quem quer uma vaga, quem quer uma vaga, assim que foi colocado dentro da escola, então o erro é da direção mesmo e é grave, depois de fazer as colocações, chamaram as famílias, de acordo com a orientação da SEMED, e aí jogaram tudo para cima do Conselho, como se nós estivéssemos fazendo errado, o erro é do Conselho, daí a gente recebeu os telefonemas, a gente recebeu o telefone das famílias falando, ou dizendo ainda, ou acusando, porque são nervosos, sabe? Quando ligam, já é assim, bem na grosseria, depois vão acalmando, porque a gente vai conversando e explicando a situação, e aí a gente coloca que se houve erro não foi do Conselho, e a nossa preocupação é com as crianças também. Então, assim, pela nossa legislação, nós temos sim o papel de acolher a denúncia, acolhemos essa denúncia, fomos apurar os fatos, daí a Rosiani, não só como Secretária, mas como Conselheira também, foi apurar os fatos do que realmente estava acontecendo, foi comprovada essa denúncia, e para nossa surpresa, ainda em outras, também aconteceram alguns fatos iguais ou parecidos, nesse caso, e a última conversa, a última pessoa com quem eu falei, que foi o pai do... É Cleber, o pai, né? O menino, não lembro o nome, o pai que é da saúde, Cleber, o pai, ele realmente não tem com quem deixar o filho, ele falou, porque tinha esse avô que ajudava a cuidar, ficava com ele e essa criança era atendida por essa pessoa, que é o avô dele, acho que era sogro desse homem e agora não tem mais, então para eles ficou difícil, mas ele também fala assim, ó, se o meu filho, se tem alguma criança precisando mais do que a minha, é claro que eu vou pensar realmente na situação, né? Mas que ele queria que soubesse que ele não se colocou lá, nem passando por cima de ninguém, mas que a situação que foi colocada, se tinha vaga, ele colocou, foi dessa forma que chegou para ele, como poderia ter chego para nós, para qualquer um de nós, se tem a vaga, vamos colocar. Quais são as nossas ações agora? Então, se nós acolhemos a denúncia, nós fizemos a averiguação, é encaminhar ao órgão competente, o responsável por isso que é a Secretaria, a Secretaria já está fazendo todo o encaminhamento, nós temos dialogado tanto com a Rosiani, com o Secretário, com a Diretora-Geral, com a Diretora de Departamento, eu vi também, Rosiane, que saiu uma portaria de orientação, isso foi muito importante, bem assertivo, a Portaria 056 de 2024, orientando as unidades em relação à oferta da Educação Integral, isso foi importantíssimo, pode falar.” A Conselheira Rosiani diz: “Isso, porque o que que aconteceu? O que pega muito nessa questão aí da Escola Pedro Fuss, é que eles não fizeram o processo inicial correto, enviando para as famílias o documento de oferta de vagas, onde as famílias devolveriam dizendo não quero, aquelas dos critérios, certo? Eles não fizeram isso, então eles

não podem nem dizer que eles ofertaram para todos que se encaixavam nos critérios e que hoje eles têm vagas remanescentes e por isso não tem mais crianças nos critérios que se encaixam, eles não fizeram isso e disseram que não tinham conhecimento desse documento, porém, nós enviamos via ofício, na primeira sexta-feira de fevereiro, todos esses documentos como anexo e orientando, ofício 04 de 2024, agora, nós decidimos instituir via portaria também, para não dizerem que não estão sabendo da documentação necessária para o início do processo.” A Presidente Ana Lucia diz: “Ok, obrigada Rosiani, alguma declaração? Alguém quer fazer algum comentário? Luiz?” O Conselheiro Luiz diz: “Então Ana, eu acho que essa questão ficou bem clara, que foi um erro da Direção, acho que tem que chamar mesmo e fazer com que elas tragam para si essa responsabilidade com relação a essa situação e infelizmente não tem o que fazer, mas quando a Rosiani estava apresentando, me chamou muito, muito, muito atenção, a questão das atividades de escrita desses alunos, claro que você disse que todos estão na questão de vulnerabilidade, na questão disso, daquilo, mas me parece que é uma, é uníssimo isso, né? Praticamente todos eles escrevem da mesma forma, com letras caixa alta, com dificuldade de entender o que estão falando, escrevendo, me parece que isso é uma dificuldade geral do Ensino Fundamental, né? Saindo já aqui, de repente, até mesmo do próprio assunto e entrando na questão do que está sendo feito também, não somente na Educação Integral, mas o que está sendo feito para fazer com que isso mude? Porque um aluno de um quinto ano, de um quarto ano, já deveria estar escrevendo correto, já deveria ter pelo menos um início de escrita ali, mais coesa e eu percebo que não é isso que está acontecendo, eu faço essa análise enquanto pai também, faço essa análise enquanto Conselheiro, depois da apresentação que você fez ali, e de fato expressei aqui, registro a minha preocupação com relação a isso, porque é um problema também a se colocar, já que nós estamos vendo tantas situações de erro, de falha, tentando corrigi-las, porque eu acho que o mais importante não é o erro, e sim o que a gente está tentando fazer para corrigir, acho que é importante colocar na pauta também para você essa questão de o que está sendo feito com relação a essas atividades escritas, que para mim pareceu muito gritante, muito gritante.” A Conselheira Clície diz: “Boa tarde a todos e todas, eu iria fazer uma pergunta assim, Rosiani, eu sei que não foi você que coletou esse material, foi a escola que mandou, mas o que me chamou a atenção? São só dificuldades na língua Portuguesa? Não vieram dificuldades de matemática, de raciocínio lógico? Eu sei que a escrita, ela chama mais a atenção, mas eu me preocupo assim quando você coloca, não você, quando a escola coloca que o estudante tem dificuldade acentuada de aprendizagem e mostra só uma escrita, a escrita é um processo de aquisição da língua, então mesmo que as ideias ali não estejam tão... mas a escrita, ela é um processo de construção, por mais que tenham erros ortográficos ou erros de pontuação, ela não identifica que uma criança tenha dificuldade de aprendizagem, algumas ali sim, algumas eu identifiquei que sim, que tinha sim uma dificuldade muito maior, mas outras fazem parte de um processo de leitura escrita, principalmente aquele lá, que eu achei que foi super criativo o texto dele, não achei que por um quarto ano, que se a gente voltar à nossa época de série, é uma terceira série, ainda é um processo de alfabetização, não sei se realmente configura uma dificuldade acentuada de aprendizagem, hoje na reunião com as Diretoras, eu falei sobre o conceito de dificuldade acentuada de aprendizagem quando eles começam a encaminhar para o CEMAEE, a criança às vezes tem nota de 7, 8, 9 e vai para o

CEMAEE para avaliação, qual o conceito que a escola está usando de dificuldade de aprendizagem para classificar esse estudante como público alvo da Educação em Tempo Integral? Isso me preocupou bastante.” A Conselheira Leila coloca: “Só ali, complementando a fala do Luiz, o meu filho, o Rafael, ele foi aluno da Escola Pedro Fuss até o ano passado, quando o Rafael estava no quarto ano, eu fui justamente até a escola conversar sobre essa questão do Rafa escrever somente em caixa alta, o Rafa, ele só escreve em caixa alta, e aí a professora passou para mim, naquela época, no finalzinho ali do quarto ano, que a caixa alta é a primeira língua, primeira escrita, que então é normal, que eu não precisava me preocupar, no ano passado, nas duas entregas de boletim, eu conversei novamente com a professora e eu relatei que eu estava muito preocupada porque ele só escreve em caixa alta, e aí eu tive a mesma resposta, sabe? Eu tive o mesmo retorno por parte da escola, pelos professores e pedagogas também, porém, hoje o Rafa está no sexto ano, numa escola particular, e ele está sofrendo muito, porque ele não consegue copiar do quadro, ele não dá conta, o tempo dele é maior, então a profe às vezes acaba acabando, apaga o quadro, às vezes ele precisa emprestar o caderno para ele conseguir e aí a gente está agora naquele processo de caligrafia, de tentar, estamos tentando em casa, para fazer com que ele aprenda agora no sexto ano, mas todas as vezes que eu procurei, que eu questionei, que eu fui até a escola, a resposta foi que não era para eu me preocupar, e agora vendo também, eu tive essa mesma sensação ali do Luiz, eu falei assim, poxa, não é só o meu filho, tem muito mais criança que vai chegar no sexto ano e vai passar talvez por essa mesma dificuldade que ele está tendo agora, Já teve episódios, assim, dele chorar por ele não conseguir, porque ele entende, ele sabe ler, ele sabe o que está escrito, ele entende, mas na hora dele escrever, ele só consegue na caixa alta, ele não consegue fazer o manuscrito.” A Conselheira Clície pergunta: “Leila, teu filho nunca teve dificuldade de aprendizagem, né?” A Conselheira Leila responde: “Não, o Rafa nunca teve dificuldade de aprendizagem, ele tem notas boas, inclusive já saiu as notas lá do primeiro trimestre também, todas as notas, assim, são acima de nove as notas dele, a única dificuldade é que todos os amigos escrevem e ele não, então ele tem isso com ele que ele é o único que não sabe, sabe, ele tá sofrendo porque ele é o único que não consegue, mas tá tentando, sabe? A gente tá tentando em casa, a gente tá na luta aí para que ele consiga também fazer igual os amigos, para não ser o diferente da turma.” A Presidente Ana Lucia diz: “Tá bom, obrigada, Leila. Dhébora, mas assim, gente, vamos cuidar para não sair do nosso foco, tá? Nosso foco é, nós temos que decidir aí alguma questão.” A Conselheira Dhebora diz: “Acho que o meu iria sair do foco porque eu ia falar das letras, mas enfim, só para deixar claro que a orientação é apresentar os quatro tipos de letras desde o primeiro ano, né? Então, desde o primeiro ano, todos nós das escolas já temos essa orientação da SEMED, enfim, dos teóricos também, porque não é só da SEMED, né? Mas as crianças precisam conhecer todos os alfabetos, só isso.” A Presidente Ana Lucia diz: “Ok, obrigada, agora a gente coloca aqui para vocês qual é o nosso encaminhamento, de acordo com o que é o nosso papel enquanto Conselho, é agora encaminhar todos os dados para a Secretaria, solicitar que ela tome uma decisão em relação ao que está acontecendo, mas que, principalmente, chame a direção, porque ela vai ter que se reportar, não perante todo o Conselho, mas pelo menos a Presidência, para que eu possa trazer isso para vocês, porque os quatro membros, praticamente, que entraram em contato com o Conselho, até o marido da

pedagoga esteve aqui, que é advogado, queria dar um carteiraço no Conselho também, né? Então, assim, precisa realmente ter uma conversa e um retorno no diálogo com as famílias, em relação ao papel do Conselho, ao respeito ao Conselho, porque é isso que faltou, na verdade, colocou para o Conselho o erro que era da própria Direção, e nós fizemos apenas o nosso papel que é fiscalizar, poderíamos além encaminhar para a Secretaria poderíamos colocar no Ministério Público a Direção, por ela estar fazendo esse tipo de difamação ao Conselho Municipal de Educação, mas faremos esse encaminhamento agora para a Secretaria de Educação e para que a gente possa... Uma carta? Olha lá, o Luiz está colocando uma sugestão aí, algumas sugestões, porque assim, gente, eu depois de ouvir algumas pessoas, como os pais das crianças, eu até fiquei com vergonha, sabe, pelas coisas que eram colocadas no Conselho, porque a Rosiani viu o quanto o pai estava bravo enquanto ele falava de nós e a Conselheira que fez a denúncia, sempre colocando assim, querendo culpar alguém, de que a pessoa que fez a denúncia é que era culpado de tudo isso, não é, eu falei para ele, o papel do Conselheiro é realmente ver e trazer para nós as irregularidades, isso faz parte do nosso trabalho, é para isso que também estamos, mas vamos dialogar sempre com a Secretaria e não vai tirar o papel da Secretaria de que é ela que vai resolver essa situação, portanto, nós não vamos dizer assim, tem que tirar as quatro crianças, não somos nós, gente, que vamos ter que resolver isso, na verdade, é a Secretaria que vai resolver essa situação, junto lá com a Direção, para ver o que vai acontecer, porque é aquilo que eu coloquei para vocês, tem a questão das crianças, é sério, porque pensar que é teu filho que está lá, aí daqui a pouco, ele entra de recesso também, e ele não vai mais voltar para aquelas atividades que ele gostava de ficar e fazer ali, isso também é complicado, é mexer com o emocional de uma criança, é a criança que vai ser penalizada, é a criança, pensem que não é a direção, é a criança que vai ser penalizada quando a gente retira, eu sei que é uma situação para se resolver, mas uma das colocações, se vocês lembrarem, é uma das colocações que eu fiz lá na primeira reunião, é, quem sabe a gente aguarda que vai tirando criança, não se coloca mais, e aí fica no correto, mas é complicado tirar as crianças, mesmo que seja na metade do ano, pensamos nisso também, eu me coloco também como pensando, quem sabe, até a metade do ano, mas não só por ouvir as angústias das famílias e verificar que elas também não tiveram a informação correta, elas não tiveram as informações corretas, então penaliza a criança, penaliza a família, aí o principal digamos, as pessoas, as principais responsáveis por isso, elas serão penalizadas, mas elas têm que ser muito mais, eu penso dessa forma, então eu gostaria de ouvir sobre essa questão, a Clície fez uma proposta na reunião passada, o Luiz também fez uma colocação em relação a essa preocupação, e se alguém mais quiser fazer alguma colocação, ou quem já se manifestou em relação a isso quiser se manifestar novamente, sem problemas, para que a gente possa fazer o documento e fazer o encaminhamento à Secretaria.” A Conselheira Clície diz: “Ana e conselheiros, eu acho muito sério o que ela fez enquanto Diretora, eu também acho, não só por usar o nome do Conselho, eu acho que é muito sério o que ela fez com a política pública, se a gente levar bem a sério, ela usou de prevaricação, né? Isso é o mau uso do dinheiro público, da gestão pública, ela é uma Diretora, ela tem um código de ética, ela tem princípios, ela tem normas a serem cumpridas, imagine se fosse um dinheiro público que precisasse ser distribuído entre as famílias de vulnerabilidade, eu acho que não é só ela ter distribuído vagas à vontade, se a gente analisar

friamente, tem algo muito mais sério que isso, tem uma ilegalidade por trás disso, e o segundo é jogar a culpa no Conselho, daqui a pouco, nós estamos andando na rua com a camiseta do Conselho, nós estamos apanhando na rua, porque somos nós que estamos botando as crianças para fora, acho que desvaloriza ou desmoraliza um órgão tão importante, um segmento tão importante, mas antes disso, acho que como profissional da rede, como Diretora de escola, ela agiu de muita má-fé.” A Presidente Ana Lucia Diz: “E o que é mais grave ainda, que ela é uma Diretora indicada, ela não é uma Diretora eleita, ela é indicada, então, aí, a gente pensa que a Secretaria tem que tomar providências bem sérias em relação a ela.” A Conselheira Dheborá diz: “E completando isso que a Clíce falou, com relação a toda a comunidade escolar, porque como que tá essa comunidade escolar? Independente da criança ter vulnerabilidade ou não, essas famílias terem ou não, é muita falta de respeito, hoje eu ter uma coisa e amanhã eu não ter mais, vai ser muito difícil essas famílias entenderem motivos, entenderem critérios uma vez que elas estavam já com o direito adquirido e agora simplesmente não podem mais usufruir disso, por quê? Porque foi feito de forma errada, óbvio para nós isso está bem claro, mas me colocando no lugar da comunidade escolar é uma situação difícil, então é muito grave, realmente, o que a Diretora fez, porque desrespeitou muitas pessoas, inclusive as crianças.” A Conselheira Valdelíria diz: “Vou tentar falar pertinho, porque estou com faringite, eu só queria expor aqui as consequências dessas atitudes inadequadas, vamos dizer assim, da Diretora, cabe à Secretaria, à nós, talvez uma carta aberta, um voto de repúdio, sei lá, isso aí cabe depois, ao Conselho de ética, mas eu estou preocupada no sentido assim, tem lista de espera dessa escola para Tempo Integral, e com crianças que estão dentro dos índices cabíveis, de vulnerabilidade, essas questões? Ou não? A Rosiani tem acesso a essa lista de espera?” A Conselheira Rosiani diz: “Segundo a escola, tem lista de espera, eu vi a lista no dia que eu fui lá, mas ela não é compartilhada comigo, segundo também, esse dia que eu fiz esse levantamento, tinha o estudante, esse que a Leila falou, deixa eu ver o nome ali, o Natan, né? Isso? Esse que era um finalizado para entrar, que seria caso de vulnerabilidade, e tinha mais um, que é o Adrian, que entrou também junto com o Natan por último, segundo a escola, tinha esses dois casos e elas inseriram esses dois casos de vulnerabilidade, mas como já disse, eu não tenho acesso a essa lista, é uma lista interna, não é compartilhada conosco aqui na SEMED, só os casos efetivamente matriculados, inclusive na última reunião, a Izala falou que iria solicitar, via Conselho, acesso a essa lista, mas acredito que ainda não tenha sido feito.” A Presidente Ana Lucia diz: “Mas nós podemos solicitar, sabe, Rosiani, para que a gente faça a verificação aí, quantas crianças que necessitam, poderiam estar, já que se é uma lista de espera, é porque a família foi atrás e ela está aguardando, em conversa com o pai, o senhor Kleber, ontem eu perguntei para ele se ele tinha conhecimento de que nós tínhamos uma escola com Educação Integral, ele até falou no Aristocrata, e ele disse que ele não sabia como funcionava, expliquei para ele, ele disse que vai verificar para o próximo ano, porque para ele não é tão diferente, é um pouquinho mais distante, mas pela forma do trabalho, talvez para ele seja mais interessante a Educação Integral, não é mesmo? E aí fazer isso, fazer essa colocação para as famílias, para essas famílias, né, quem sabe pensando não retirar correndo, ver uma melhor forma, mas se dê uma conversa com eles para ver, porque também o Santa Rita tem também o ETI, eu não sei se tem vaga lá, não sei como é que fica essas questões, porque a criança vai ter que sair também, ela teria que sair

também da escola para poder participar do ETI, porque ele tem que ser da própria escola, mas assim, nós faremos um encaminhamento para a Secretaria em relação a essas questões das crianças, não só como a Clície colocou, sim, é grave, porque é uma política pública, e nós enquanto Conselho, nós temos que fiscalizar para ver como que a Secretaria está fazendo esse trabalho, é claro, se ela coloca para as unidades, dá todos os critérios, dá as orientações, ele confia em quem está lá dentro, a Secretaria confia, né? Jamais iria pensar que iria acontecer isso, inclusive de pais, falando de outras Direção, de Diretoras aí, de outras unidades também, que colocaram seus filhos, isso é prevaricação, como falou a Clície, exatamente, depois falam dos políticos e fazem, às vezes, pior do que eles, porque eu tô favorecendo a mim, no caso, essa pessoa está favorecendo a ela mesma, e ela deveria pensar naquelas crianças que estão precisando dessa vaga, e aí quando vem as denúncias de vereador, vem denúncia da comunidade, o pessoal daí fica todo mordido, todo preocupado, por que isso aconteceu? Mas eles mesmos é que acabam se colocando nesse papel aí, numa situação que é desprezível, porque é horrível isso estar acontecendo dentro do nosso Município, porque as orientações a gente sabe que a Secretaria deu, tem a Deliberação do Conselho, e foram feitas reuniões para que essa política desse certo dentro do nosso Município e foi regularizado dessa forma já o ano passado, porque já tinha todo o encaminhamento em unidades, eram bem menos, e foi aberto porque se tem sim a intenção da Educação Integral, da Educação em Tempo Integral, como nós já falamos sobre isso aqui, até porque eu já também fiz a colocação de que eles colocam, de quem não é daqui do nosso país, eles falam como que o Brasil consegue ensinar as crianças somente em quatro horas? porque nós somos ainda um país, ainda que nós atendemos como obrigatório quatro horas, e nós não temos as nossas crianças oito horas dentro da escola para aprender, que é o que acontece na maioria dos países e a intenção desse governo é que isso aconteça, não somente, não é só questão de aprendizagem, então várias questões de atendimento às nossas crianças aí, e que passa por uma Educação Integral, com toda certeza, Alguém contrário? faremos esse encaminhamento, então, a Secretaria, Municipal de Educação, colocamos a palavra dos Conselheiros em relação à Direção, o Luiz tinha até feito uma sugestão de carta, é isso Luiz? O Conselheiro Luiz responde: “Isso, eu acho mais seguro, juridicamente, ela fazer uma carta mesmo de desculpas do que vir e, de repente, falar ali, ela pode dizer que a gente está assediando, de repente, né?” A Presidente Ana Lucia diz: “É, a gente pensou, até conversando com a Secretaria a gente vê, então, isso depois também, né, porque aí vem oficialmente de solicitar que seja chamada realmente no gabinete, que a gente esteja presente, e ela vai ter que sim, de alguma forma, se reportar ao Conselho, porque...” O conselheiro Luiz pergunta: “Você, como nossa Presidente, com certeza deve estar lá, né?” A Presidente Ana Lucia responde: “Sim, e ela vai ter que se reportar ao Conselho Municipal de Educação.” A Conselheira leila diz: “Eu só queria fazer um comparativo, em relação ali a Yasmin e o Natan, então assim, o que eu sabia da Yasmin e do Natan? da grande dificuldade de aprendizado tanto de um quanto do outro, isso em conversa com a mãe que ela tinha relatado, e aí como que ela coloca Yasmin com tudo isso que a Rosiani colocou ali e deixa o Natan na fila de espera, aí fica Yasmin o dia todo na escola a irmãzinha o dia todo na escola aqui e o Natan em casa e com as mesmas dificuldades, com as mesmas vulnerabilidades, como provavelmente também deve ter alguma situação ali que é parecida com a da irmã, como que põe um irmão e deixa o outro na fila e dá

brecha? Porque se você for comparar com os outros, com as outras apresentações ali, o do Natan talvez estaria até à frente de outros que estão ali se encaixaria na frente de outros que nem são esses que não têm nada que, por exemplo, a aluna que eu comentei, os outros três que surgiram, talvez ele se encaixaria até acima, e não, ele ficou de fora, a irmã entrou e ele ficou de fora, como que você pensa na família se você acolhe um e não acolhe o outro?” A Presidente Ana Lucia diz: “Pois é, são situações difíceis, que a Rosiane tem tudo, ela enquanto Secretaria também, você quer falar, Rosiani?” A Conselheira Rosiani diz: “Outra questão que nós detectamos é que toda esta seleção não foi feita ao que nos parece com um planejamento conforme se espera, envolvendo a equipe pedagógica, equipe docente, que é uma equipe maior, que conhece mais as crianças, às vezes você, só gestor, não conhece o que a professora escuta quando a família vai até a escola para conversar, é por isso que esse planejamento, essa seleção, frente aos critérios, ela não é feita unilateral, não é só a direção da escola que faz, é toda uma equipe, Junta a equipe pedagógica, junta a equipe docente ali, para ter o máximo de informações possível, quem sabe, se tivesse sido feito desta forma, não teria escapado o caso do Natan, na mesma hora, já teria visto, também tem o irmãozinho, que é nosso estudante, a gente precisa também protegê-lo, então, esse eu acredito que seja um dos casos, Ana, se você me permite, só antes de finalizar, só queria responder o pessoal que desvirtuou ali um pouquinho do assunto, falando das questões de aprendizagem, da escrita e tal, eu já estou encaminhando tudo isso para a equipe pedagógica do departamento, que são as responsáveis por essas orientações, para fazer uma orientação in loco, e a pergunta da Clície, se veio questões matemáticas, veio Clície, só que nós aí temos outra coisa que a equipe vai precisar orientar, porque a gente ainda percebe muito enraizado a questão de que matemática, se sabe somar e subtrair, tá ok e não é esse o contexto, então vieram algumas continhas, vamos chamar assim, algumas continhas feitas corretamente, mas não apresentava ali se haviam conhecimentos matemáticos realmente ou não, então toda essa questão pedagógica de orientação, a equipe do departamento vai estar conversando de perto, in loco, na unidade, obrigada.” A presidente Ana Lucia pergunta: “Ok, mais alguma sugestão? então faremos um encaminhamento para a Secretaria, a Secretaria vai fazer, vai se reunir, vai fazer a verificação, vai chamar a direção e aí vai resolver e repassar para nós então depois o que foi acordado e o resultado das ações referentes a essa escola Pedro Fuss, e a outras que apareceram, que estão aparecendo aí, né Rosiane, sempre com acompanhamento do NUDCAI e acompanhando também, para verificar as nossas crianças que precisam, vamos solicitar a lista, via Conselho, a lista de espera, para fazer o encaminhamento à Secretaria para ações em relação a essas crianças também que estão lá aguardando e que teriam provavelmente o direito de estar na educação em tempo integral, Certo? Então, assim, nós temos mais algumas questões, vocês estão de acordo que a gente possa fazer mais algumas colocações aqui? para que a próxima semana a gente não precise reunir o Conselho, vou procurar ser rápida nas colocações a Néia vai colocar os ofícios, mas eu falo para vocês, em vez de fazer toda a leitura, a gente vai colocando para vocês o termo, o assunto e a solicitação da Secretaria, enquanto a Néia está se organizando para colocar lá o primeiro, ok, esse ofício é um ofício solicitando que devido ao encerramento da gestão administrativa municipal, prefeita e vereadores, e devido principalmente à gestão escolar, de 2025 a 2027, das unidades públicas, que vai iniciar no próximo ano, está solicitando que a

ampliação do prazo de vigência dos projetos políticos pedagógicos, que eles estariam agora encerrando para iniciar a revisão, como começar uma revisão com uma gestão que está saindo? que é a gestão das unidades de ensino, é isso a nossa maior preocupação, foi feita a conversa da divisão de estrutura, vieram conversar comigo, nós colocamos, sim, que acho que seria interessante fazer essa solicitação, e foi o que veio então esse documento, alguém contrário que a gente possa então ampliar esse prazo de um ano para revisão do PPP? porque aí entrarão os novos gestores das unidades, eles terão tempo aí de seis meses de atuação para começar o trabalho de revisão do PPP e depois o regimento, alguém contrário? Podemos então aprovar, dar um parecer favorável a essa solicitação?” Ninguém se manifestou contrário. A Presidente Ana Lucia segue para o próximo assunto, fazendo a leitura do ofício nº 637/2024, “Venho por meio desse encaminhar a ata do Conselho Escolar da Escola Especializada Madre Paulina, onde consta a avaliação dos programas envolvidos na unidade, os quais foram encaminhados a este Conselho. Nós colocamos, esse aqui para conhecimento, nós também recebemos, porque encaminharam para o nosso e-mail, iniciaria o estudo na Câmara do Ensino Fundamental, porém não conseguimos fazer semana passada, porque a Fátima estava de atestado, mas ela continua de atestado, ela é a Presidente da Câmara, para iniciar os trabalhos de estudos sobre os programas desenvolvidos pela unidade, de qualquer forma, eu vou conversar com a Clície e nós, provavelmente comece ainda esse semestre, ou vamos verificar com a Educação Especial ali, a diretora, para ver se a gente inicia agora mesmo, vamos ver como é que está a saúde da Fátima também, sei que essa semana ela ainda continua, ela me mandou uma mensagem que ela continua de atestado, para ver se iniciamos na próxima semana ou no retorno do recesso, ok? Essa foi para conhecimento.” Seguindo para o próximo assunto a Presidente Ana Lucia coloca: “Eu tenho aqui uma mãe que solicitou, a filha é aluna da educação integral da escola Enerstina Cortes, ela alega que a filha é autista, e ela gostaria que a filha ficasse, ela colocou até um laudo aqui, e ela gostaria que a filha ficasse em meio período, então assim, só para colocar para vocês que nós, eu não vou nem levar na câmara, eu chamei essa mãe agora às 16 horas, eu conversei com o ensino fundamental, no caso dessa escola não tem, tá? Porque o integral aqui é obrigatório, e lá digamos, o ensino regular que a gente fala, o que a gente falava, ele está tanto pela manhã quanto à tarde, então ela não tem como ficar meio período, o que essa mãe teria que fazer é encaminhar a filha para uma outra escola que fique somente meio período, tá? Exatamente Clície, é o mesmo caso da escola Ilza e nós deliberamos que a mãe procurasse, , uma outra escola, eu já chamei essa mãe, como ela procurou o Conselho, ela vem hoje às 16 horas conversar comigo, ok? nem vai para análise, tá? Aí também chegou uma denúncia, Rosiani, pode falar.” A Conselheira Rosiani diz: “Ana, só para esclarecer bem certinho que você vai conversar com a mãe, lá a base comum, né, que serão as obrigatórias...” A Presidente Ana Lucia diz: “Eu devo chamar você, tá? Vou te chamar.” A Conselheira Rosiani continua: “Não, porque a base comum lá, ela não é só num período, tá? Algumas que são língua portuguesa, matemática, história, geografia, ficam todas num mesmo horário, porque há uma mesma professora que trabalha, mas ciência, ensino religioso, educação física são em outro horário, então ela não tem como optar por um dos turnos mesmo.” A Presidente Ana Lucia diz: “É, eu já chamei aqui, aí nós registramos uma conversa com ela e já explicamos o porquê que não é possível, ok?” A Presidente Ana Lucia coloca o próximo assunto: “Aí chegou uma denúncia

também sobre a escola Elite, para o primeiro ano, disse que também chegou na divisão estrutura, o primeiro ano é do, digamos assim, seria do Conselho Estadual de Educação, mas é encaminhado ao Núcleo, só que nós vamos fazer um documento colocando que eles têm que tomar alguma providência em relação a essa unidade, porque não é a primeira, eu acho que a terceira denúncia que chega do Elite, e que repasse para o Conselho, porque nós respondemos pela... nós somos o órgão responsável pela fiscalização de qualquer instituição dentro do município, inclusive do ensino superior, de acordo com a doutora Clemen, né Luiz? O que chegar tem que ter o olhar do Conselho, não pode ficar sem o olhar do Conselho. Também veio, antes de passar para a da Deliberação, veio a indicação da Juliana Valli Mocelin Criminácio, no lugar do Anderson, então ela vai ser encaminhada, que é a chefe da Divisão de Documentação Escolar, e também vem um documento do NUDCAI, na verdade, veio da Secretaria por solicitação do NUDCAI, referente aos centros de recreação devido às denúncias, como assim, as denúncias que chegam e não são centros de recreação, eu até conversei com a Marillette ontem, e aí eu tenho aqui a Marilza, que é a Presidente da Câmara, e depois eu tenho Madalena, que participou junto conosco, nós... tem sido bem difícil o diálogo em relação aos centros de recreação, tá? Por quê? porque a Secretaria de Finanças tem dado alvará para funcionamento de atividades de, digamos assim, de atendimento de crianças, que não se coloca como centro de recreação, não se coloca como creche, nem como CEI, mas eles estão atendendo, então eles têm um alvará de atendimento, eles têm CNAE, o Luiz aí tem um conhecimento que acompanha também um pouco em relação a isso, e nós tivemos uma reunião bem difícil, Vigilância Sanitária, Secretaria de Finanças, Secretaria de Educação e Conselho Municipal de Educação, tivemos essa conversa lá, e aí fica assim, de quem é? jogando, ao mesmo tempo, para nós enquanto Conselho, e a gente coloca aqui, e eu falei isso com a Marilete, para nós, enquanto Conselho, as crianças estão tendo a área educacional no seu período o que está acontecendo é fora, é no período contrário, então é contra-turno, se é um centro de recreação, ele está registrado como centro de recreação e aí que a gente precisa verificar se o centro de recreação é realmente da educação ou não é da educação, porque aí nós precisamos separar, por exemplo, aquele centro de recreação que é do shopping, esse é um centro de recreação, ou um centro de recreação que faz atendimento no contraturno, aí nós precisamos fazer a verificação, o que a gente já viu de centro de recreação, e que tem condições de atender como escola ou como CEI, a gente tem orientado para que eles se transformem em Escola de Educação Infantil, ou Centro de Educação Infantil, se ele tem condições, é essa orientação, a nossa preocupação são aqueles de fundos de quintal, e aí até um caso foi citado pela Marilete, não sei se ela quer colocar, o caso de abuso de atendimento, aquela família, eles não têm, esses não têm nenhum documento, e foi atendendo, pegou uma criança para cuidar, depois pegou outra, pegou outra, pegou outra, e a gente sabe que tem isso acontecendo no município, mas não é uma competência do Conselho em relação a esses atendimentos, que são fora do horário do contraturno da educação, se nós acolhermos um centro de recreação, é mais um atendimento aí, é mais um atendimento de crianças, que nós precisamos sim verificar se é da educação, tá? Isso veio há um tempo do professor Imar, ele já vinha pedindo que a gente fizesse esses estudos, até porque nós verificamos através da COVID, que tinham esses centros de recreação, ao mesmo tempo, a gente vai atrás procurar, a gente não encontra deliberação de Conselho, e se encontrar é um, dois, três, quando a gente

joga no google, você encontra alguma coisa, mas a gente encontra quase nada sobre centro de recreação e eu tenho conversado com os coordenadores de outros estados em relação a isso, e é uma preocupação, atendemos? colocamos o centro de recreação para a educação? Será que isso é da educação mesmo? Porque ele poderia ser da Assistência, ele não precisaria ser, porque ele está lá só para atendimento de criança por que vir para que aí entra mais uma questão que tudo vem para educação, né? Tudo vem para educação, então se for para regulamentar, não pode ser dado um alvará à torto e à direita como tem sido dado pela Secretaria de Finanças, por isso que nós temos conversado, conversamos bastante sobre isso, Ah, mas se eles pedem como se eles estivessem abrindo uma empresa, a gente dá, mas aí entra a questão do atendimento às crianças, isso é perigoso? É perigosíssimo, e é isso que a gente precisa entrar em acordo e eu já falei assim, eu ainda falei para a Marillette, eu acho, Marillette, que essa conversa é de gente grande, Secretaria de Finanças, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência, e a gente não coloca como Conselho, é muito mais do que nós, porque é uma responsabilidade que tem que ser discutida, pelo menos, no mínimo, entre essas três secretarias, a questão do centro de recreação, por isso que não saiu, Ah, sai a deliberação logo de atendimento do centro de recreação, a gente vê aí que são situações perigosas para a educação, eu estou vendo aí que é fazer com que a gente acabe acolhendo mais um, sendo que talvez a responsabilidade não seja, ou até pode ser, mas aí, para ser, precisa estar todo mundo caminhando e alinhado da mesma forma, se é da educação, eu não posso dar um alvará sem o conhecimento da educação, sem ter lá a Divisão de Estrutura que vai lá e vai verificar o que está acontecendo, se tem condição, se não tem condição, porque aí o que acontece é as denúncias que chegaram para nós aqui são locais nem com a mínima, nem a mínima, que não tem condição nenhuma de receber crianças, não tem condição de receber crianças e tem várias crianças, estão recebendo várias crianças, e além de receber essas crianças, tem casos de abuso, como a própria Marillette colocou, porque são qualquer pessoas que estão acolhendo crianças, filhos de outras famílias, de pais que estão colocando em um lugar, que é perigoso para os seus filhos, Marilza, por favor.” A Conselheira Marilza diz: “Boa tarde, eu quero contribuir com o que a Ana falou, essa linha em relação ao centro, a gente se debruçou bastante, a gente leu, a gente procurou, a gente buscou legislação em outros lugares, nós encontramos algumas, como a Ana comentou, vinculadas à Secretaria de Assistência Social e que quando a gente voltava a fazer as leituras, muito parecido com os centros de educação infantil, a gente precisa ter mais definições, não diria que mais clareza, mas mais estudo sobre isso, para a gente não trazer para nós um lugar que a gente depois não possa ter mais controle, também conversei com o pessoal do CREF, porque o recreador também está vinculado ao CREF, de educação física, e uma das falas deles também é que eles também não têm um consenso de quem é o recreador e da formação desse recreador também, a gente tem aí uma questão bem mais séria, e aquilo lá, como é que é o nome? CNAE né, Luiz? Que a gente fala também, assim, tem N, CNAEs também em coisas vinculadas à educação, é bem complexo e é preciso discutir, como disse a Ana, com outras Secretarias para gente passar juntos, com o Esporte, com a Finanças, para ver como é que a gente faz isso e de quem vai ser isso.” O aconselhador Luiz diz: “Ana, bem rápido, é importantíssima essa fala, justamente porque semana, faz duas semanas agora, nós atendemos ali algumas crianças, não vou citar o nome aqui, de um centro de recreação que foi fechado pelo Ministério Público, e todas praticamente,

todas as crianças foram atendidas pela educação eu até estava guardando aqui, separando para guardar os documentos, mas assim, nós precisamos mesmo tomar uma atitude desta forma, porque assim, nós conseguimos atender essas crianças ali de infantil 1, acredito, tem bebês lá, Infantil 2, Infantil 3, Infantil 4, tivemos que abrir turmas em CMEIs para poder atender, algumas foram atendidas pelo Programa Compra de Vagas, sem contar que as famílias vieram até a Secretaria de Educação com o advogado ali, em multirão, aqui na frente, exigindo vaga, colocando toda a questão da educação, que era a responsabilidade, porque que tinha ido fechar, porque isso, porque aquilo, nós fomos numa reunião com toda essa comitiva de pais lá, e o suposto advogado da tal escola, da tal centro de recreação, e ali houve bastante conflito no sentido de que a educação estava fechando, não, não foi a educação que fechou, foi o Ministério Público, a Secretaria das Finanças, o Alvará, o Bombeiro, que nem isso tinha, então a gente precisa, de fato, porque assim, a impressão que dá é que acontece alguma coisa lá, porque alguém liberou de alguma forma que não era para liberar, aonde que vai cair quando se trata de crianças, sempre na educação e se a gente não tem a vaga, se a gente não atender, quem vai ficar com o ônus dessa situação, foi bem complicado, graças a Deus, esse problema foi resolvido, as situações foram atendidas, mas fica, sim, um alerta, para que como a Marilza acabou de dizer, existem outros aí que vão cair muito mais, né? Porque esse foi o primeiro, existem outros que vão cair e onde a gente vai colocar essas crianças? Todas as famílias foram atendidas, não do jeito que queriam, mas foram, nós fizemos a nossa parte e se vier mais, não terá como fazer.” A Presidente Ana Lucia diz: “É perigoso até, Luiz, porque se eles recebem o Alvará, o CNAE, dizendo que eles podem, aí vai lá, a Prefeitura fecha, aí claro, eles têm todo o direito de reclamar que vocês mandaram fechar, agora vocês deem a vaga, e assim como a Marilza colocou ali, eu gostaria de ver propostas desses locais para atendimento de bebês, eu vejo 0 a 3 desses locais como cuidadores, independente da liberação do tal do CNAE, qual é a atividade que é feita? Porque aí vem o Conselho Nacional de Educação, entra o Ministério da Educação, e tem todo, nós temos nosso referencial, nós temos o trabalho vindo do Departamento de Educação Infantil com as crianças de 0 a 3, como que é aberto dessa forma? É ir contra o trabalho da própria Prefeitura, quando é aberto, por isso que tem que ser uma conversa de gente grande, que é isso que eu tô falando, entre secretários, gente grande, quando eu falo, é Prefeito e Secretários, para entrar num alinhamento, num acordo, né? Se é para a educação, então, vem tudo para a educação, e eles vão ter que passar pelo crivo da divisão de estrutura e funcionamento para ver se tem condição.” O Conselheiro Luiz diz: “Desculpe, só para concluir junto com o que você falou também, se você for analisar o contexto, isso nem é direito, a gente nem tem a obrigação legal de atender essa criança, uma vez que ela nem estava no contexto da educação, ela estava em algo que era centro recreativo, que nem faz parte da nossa alçada, só que nós atendemos porque é crianças, porque, enfim, algumas dessas famílias pularam, vamos falar bem disso, a fila e pegaram vagas de outras crianças que estão em risco social, de fato, aguardando, é a realidade.” A Presidente Ana Lucia coloca: “Ok, a gente vai fazer o encaminhamento para a Secretaria, falando dessas dificuldades, e que provavelmente é um diálogo aí de Secretários, para poder resolver essa questão, nós mesmos estivemos, a Madalena estava presente, nós tivemos uma discussão séria, a vigilância sanitária junto, porque a vigilância disse, se nós vamos lá, a gente fecha, então quer dizer, a Secretaria de

Finanças da o alvará, abre, a Vigilância Sanitária vai lá e fecha, e a educação no meio disso fica, vai ter que receber a educação esses que fecharam lá, sendo que nós nem sabíamos o que estava acontecendo e nem de que forma estava sendo trabalhado e recebido essas crianças.” A Presidente Ana Lucia passa para o próximo assunto, sobre a Deliberação dos Imigrantes e diz: “Foram solicitadas duas inclusões, em referência à deliberação dos imigrantes, e nós tivemos um diálogo, uma reunião, e aí a Neia vai colocar ali rapidamente. Rosiane, a mãe já chegou, depois que acabar aqui a gente já atende a mãe, tá bom? A Néia está colocando lá, então, só para colocar, são duas inclusões referente à Educação Especial, e aí a gente consegue colocar o parágrafo sexto para um, e o artigo quinto, no artigo quinto colocar o parágrafo único, tá? A gente faz a inclusão, repassa para vocês, encaminha também para o Secretário, e depois coloca para publicação, como foi uma solicitação vindo de lá, a gente já passa a publicação encaminhando para o Secretário primeiro, como é de praxe, então assim ó, a primeira é que seria para incluir referente aos alunos depois da classificação, *o estudante ou a estudante que for reclassificada ou reclassificada após o período de adaptação escolar e posteriormente tiver diagnóstico de altas habilidades ou superdotação, por meio de avaliação psicopedagógica multiprofissional, com indicativo de aceleração, o processo de aceleração poderá ocorrer somente no ano letivo subsequente ao que ocorreu a reclassificação.* A Clície saiu, mas é só para colocar, nós discutimos e quem fez esses artigos, quem sugeriu foi ela, no caso, o aluno imigrante foi classificado para o segundo, ou para o terceiro ano, no ano de 2024, digamos, aí ele só vai, pois foi verificado que ele tem superdotação, altas habilidades, a classificação dele ficará para o ano seguinte, não vai fazer duas classificações dessa criança no mesmo ano, porque ela precisa também ter um período para se adaptar, ok? Alguém contrário a essa solicitação? Podemos aprová-la e inserir na deliberação? Ok. Todos de acordo? Por favor, só coloquem que está de acordo.” Os Conselheiros colocam no chat, ninguém se colocou contrá a essa inclusão. A Presidente Ana Lucia diz: “A segunda inclusão é: *Para efetivar o processo de reclassificação de estudante com laudo, é necessário entrar em contato com o Departamento de Inclusão e Educação Especial para Estudo de caso.* Então aquele aluno veio com o documento, mas veio com o laudo, digamos, do país dele, e a mãe está dizendo que ele é uma criança com laudo, não é a unidade que vai classificar essa criança, ela vai ter que entrar em contato com a divisão, está ali, então, o número 2, *para efetivar o processo de reclassificação de estudantes com laudo, é necessário entrar em contato com o Departamento de Inclusão e Educação Especial para estudo de caso,* e aí eles vão dar as orientações necessárias, ok? Alguém contrário? De acordo.” Ninguém se coloca contrário. A Presidente Ana Lucia continua: “E a última seria, *solicitamos também que esse conselho conceda um ano para adequação da deliberação das unidades educacionais.* Por que isso? Devido às orientações dadas para o ano de 2024, e para que não haja divergência, porque tem orientações diferentes, e a documentação precisa se adequar e fazer as documentações necessárias, as orientações iniciam-se, algumas orientações serão para o próximo ano, referente à matrícula das crianças, as demais, algumas já estarão em andamento, mas que seja 100% efetivado para o próximo ano, até porque entra a questão do, a gente pensar lá dos profissionais que vão fazer os atendimentos das crianças, em relação à sua língua materna, até para o próprio município, não só para o município, mas as outras mantenedoras privadas, elas terem esse tempo também de um ano para se adequar. Ok?”

Alguém contrário?” Ninguém se coloca contrário. A Presidente Ana Lucia diz: “Eu também vou colocar lá, de acordo com as propostas apresentadas pela Secretaria, então faremos as adequações necessárias para poder fazer a republicação, de acordo com a solicitação feita pela Secretaria, através do Secretário, só que antes faremos o alinhamento, encaminha para o secretário, ele nos devolve, depois disto que a gente faz a publicação, nesse meio caminho, a gente encaminha para vocês também, tá? Então, como nós já conseguimos praticamente vencer a pauta, só lembrando do Encontro Nacional, que nós temos que fazer esse encaminhamento ainda essa semana, quem deu o nome, só cuide, gente, porque depois que o município, a prefeitura, a secretaria fizeram empenho, não tem como dizer depois, ah, eu não vou participar mais, porque são quatro dias de encontro, lembrando que é praticamente uma semana, porque na segunda-feira, provavelmente, já tem que estar se organizando para sair, quem se afastar, vai se afastar praticamente quase que uma semana inteira do seu trabalho, é importante que veja realmente, para que a gente encaminhe os nomes de quem realmente quer participar e vai participar desse encontro, ok? Acho que era isso, eu agradeço, a nossa reunião que estava prevista para o dia 3 de julho, quarta-feira, a reunião ordinária, ela fica transferida para o dia 24, de julho, vamos pensar se 24 ou 31, tá? A gente vai verificar se tiver demanda, a gente faz 24 e provavelmente a gente verifica também se faz online ou se faz presencial, nós vamos colocar, temos que colocar em Diário Oficial, que está suspensa a reunião do dia 3, e se tiver algo com urgência, nós convocamos os conselheiros, nós agradecemos a participação de todos, e se for possível, a gente ainda faz reunião de câmara, e se o pessoal achar melhor das câmaras, a gente repassa para o início do segundo semestre, não tendo mais nada, e se nós não conseguirmos nos ver mais, e se não tivermos mais nenhuma demanda, por favor, tenha um bom recesso, um bom descanso, para a gente iniciar um segundo semestre aí, com mais empenho e com mais satisfação, ok? Muito obrigada.”

Eu Valdinéia Santos de Lima, encerro está ata que foi digitada por mim, e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.